



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

A desassistência como projeto no tratamento às juventudes brasileiras

Lack of assistance as a project in the treatment of Brazilian youth

Bianca de Araújo Liboreiro¹

Gustavo Henrique Carretero²

Eixo Temático: 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

Introdução

Segundo o Censo de 2022, jovens entre 15 e 29 anos representam 20% da população brasileira. No entanto, grande parte dessa juventude — especialmente a negra — enfrenta graves desigualdades no acesso a direitos como educação, saúde e moradia, além de altos índices de violência e exploração. Diante desse cenário, este trabalho, recorte da pesquisa de mestrado da autora, propõe uma análise crítica sobre a presença e a ausência das juventudes nas políticas públicas brasileiras, com foco na assistência social e na saúde. A partir da Psicologia Social Crítica e fundamentada no materialismo histórico-dialético, a investigação adota metodologia qualitativa, com análise bibliográfica e documental, para evidenciar como a desassistência tem marcado a atuação estatal frente às juventudes marginalizadas.

Desenvolvimento

Entre 2021 e 2024, mais de 15 mil jovens foram vítimas de mortes violentas no Brasil, majoritariamente adolescentes negros entre 15 e 19 anos (Panorama da Violência, 2024). Esses

¹ Mestranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: biancaliboreiro07@hmail.com

² Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018), com período sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona. Docente do curso de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na área de Psicologia e Sistema Único de Assistência Social. Email: gustavocarretero.ufmg@gmail.com

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

números, não expressam por completo o cenário hostil enfrentado pelas juventudes, especialmente negras e pobres, cujas trajetórias são marcadas pela desassistência e pela lógica de extermínio.

Somado a isso, o reconhecimento legal dos direitos das juventudes brasileiras é recente e frágil. A Constituição de 1988 não mencionava “juventude” e o ECA abrangia apenas infância e adolescência. Avanços vieram com a Emenda Constitucional nº 65 de 2010 e o Estatuto da Juventude de 2013, impulsionados por mobilização social e demandas econômicas. Todavia, a ausência de marcos legais sólidos torna as pautas juvenis vulneráveis ao esvaziamento, especialmente no caso das juventudes negras e pobres que são frequentemente estigmatizadas como violentas e desinteressadas. Nesse sentido é preciso demarcar a contradição existente entre essa concepção das juventudes negras em oposição aos traços positivos, como criatividade e rebeldia, que são reservados às juventudes brancas, revelando uma forma de administração social que reforça desigualdades.

A distinção histórica entre juventudes negras e brancas no Brasil reflete as contradições de classe e raça que remonta ao período colonial, quando jovens negros e pobres eram explorados como força de trabalho e privados de direitos, enquanto os jovens da elite se preparavam para ocupar posições privilegiadas (Freire, 2022). Essa lógica racista, sustentada por mitos como o da democracia racial, persiste na atualidade, na qual mecanismos de controle como trabalho, religião e autoridade familiar postos em documentos do século XIX, deram lugar a formas contemporâneas de repressão.

Freire (2022) destaca que mesmo após a ilegalidade do tráfico negreiro, jovens entre 10 e 24 anos representavam 83% dos escravizados, evidenciando o valor mercadológico atribuído à juventude negra, cuja negação de sua humanidade e objetificação era mantida pela exploração econômica, pela repressão cultural e intelectual. Mesmo após mais de um século da abolição, a negação da memória da escravidão se manifesta em políticas públicas insuficientes e na contínua marginalização dos jovens negros, cuja existência e sofrimento seguem invisibilizados.

A estigmatização de jovens negros e pobres no Brasil sustenta-se sob a ideologia da meritocracia que nega seus direitos e os associa à criminalidade. Nessa perspectiva, esses sujeitos são visíveis apenas como ameaça, legitimando sua repressão por meio do trabalho precarizado ou da punição. Desde os anos 1920, o Estado tem reforçado essa concepção, oferecendo internatos e prisões como resposta às desigualdades. Sob o Código de Menores, a punição consolidou-se como



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

mecanismo de administração social, atendendo aos desejos latentes de eliminar, desde a infância, aquilo que escancara o fracasso da cultura (Adorno, 1955/2015).

Essa lógica exigiu a montagem de uma complexa maquinaria social que combina instrumentos jurídicos, médicos e psicológicos para justificar a violência. Em contextos de crise capitalista, a miséria passa a ser vista como ameaça à ordem e à "civilização", reforçando um projeto de desassistência que silencia e marginaliza as juventudes consideradas indesejáveis. Dessa forma, o projeto político que tem prevalecido para o público discutido é o da desassistência.

Considerações Finais

No campo ético-político da Psicologia, é fundamental explicitar a qual juventude se está referindo ao se discutir às juventudes e reconhecer o que a ausência de definições e políticas revela sobre o projeto de sociedade vigente, sobretudo as consequências deste para as juventudes negras e pobres. Diante de sua legitimidade histórica para tratar das questões juvenis, cabe à Psicologia refletir criticamente sobre suas práticas e buscar caminhos que rompam com a lógica hegemônica de violação de direitos.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. Sobre a relação entre Sociologia e Psicologia. In: ADORNO, Theodor W. *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Tradução de Valter Sanches Freitas. São Paulo: Unesp, 2015. p. 71–127. (Publicado originalmente em 1955).
- FREIRE, João. Jovens e escravidões no Brasil. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História dos jovens no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2022. p. 51–81.
- UNICEF BRASIL; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021–2023)*. 2024. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20\(003\).pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/30071/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil-v04%20(003).pdf). Acesso em: 15 julho 2025.